


CEDI - P. I. B.
DATA 17 / 05 / 88
COD. 00063

- POLONOROESTE -

 **Sipe** fundação instituto de pesquisas econômicas

Relatório de Avaliação

ÁREA INDÍGENA APIAKÁ-KAYABI

(OS Ref. Relatório n.º 3.2.4 - 1986/1987)

LUCIA HELENA RANGEL

OUTUBRO - 1987

POLONOROESTE

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA
ÁREA INDÍGENA APIAKÁ-KAYABI
(OS Ref. Relatório nº 3.2.4 - 1986/1987)

Lucia Helena Rangel

OUTUBRO - 1987

ÍNDICE

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA ÁREA INDÍGENA APIAKÁ-KAYABI

	PG.
I - A Viagem, o acesso, as comunicações	04
II - Um Breve Histórico	08
III - Área Indígena Kayabi	13
IV - Área Indígena Apiaká	18
V - Atividades Econômicas	22
VI - Saúde	27
VII - Educação	28
VIII- Usina Hidroelétrica no Salto Caiabis	29
IX - Presença da FUNAI	33
Bibliografia	35

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA ÁREA INDÍGENA APIAKA-KAYABI

Lucia Helena Rangel

Agosto de 1987

ÁREA INDÍGENA APIAKA/KAYABI

A. I. APIAKÁ

Município de Juara (MT)

Grupo: Apiaká, Munduruku

Área: 49.160 ha

População: 63 (Pesq. de Campo, 1987)

Área Demarcada: decreto nº 63.368 de 08.10.1968; revista pelo
decreto nº 74.477 de 20.08.1974; ampliada pelo
decreto nº 94.602 de 14.07.1987.

A demarcação estipulada pelo decreto de 1974 foi realizada em 1975. Resta agora proceder à demarcação estipulada pelo decreto de 1987, da parte que foi ampliada.

A.I. KAYABÍ

Município de Juara (MT)

Grupo: Kayabi

Área: 57.960 ha

População: 120 (Pesq. de Campo, 1987)

Área Demarcada: decreto nº 63.368 de 08.10.1968; revista pelo
decreto nº 74.477 de 20.08.1974; ampliada pelo
decreto nº 94.602 de 14.07.1987.

Situação da demarcação: idem A. I. Apiaká.

A Área Indígena Apiaká/Kayabi congrega as duas áreas, separadas pelo Rio dos Peixes.

Total da área: 111.410 ha

Administração: a área é administrada pela Missão Anchieta, dos padres Jesuítas, com foro na cidade de Diamantino (MT). O Posto Tauí, da Missão, foi criado pelo Padre João E. Dornstauder em 1960, para dar assistência aos Kayabi do Rio dos Peixes. Em 1968 os Apiakã instalaram-se na área e foram contemplados com terras, em frente à área Kayabi. Um padre mora junto com os Kayabi e outro com os Apiakã. No momento, os Apiakã não tem padre; há um Jesuíta preparando-se para assumir a Missão junto aos Apiakã.

A FUNAI passou a dar assistência regular em 1985, mantendo um funcionamento dedicado à área, mas não residente no local. É a Administração Regional de Tangará da Serra, a responsável atualmente.

Invasões: Hoje não há invasões na área demarcada em 1975. Porém, na área ampliada em 1987 existem proprietários com títulos e outros ocupando de fato suas glebas. Existe a decisão, já firmada em acordo, de indenização destes proprietários.

UHE Salto Caiabis

A CEMAT (Centrais Elétricas do Estado de Mato Grosso), através do Decreto nº 85.998/81 ganhou concessão para utilizar o Salto Cayabis por trinta anos. A área demarcada em 1975, deixou de fora o Salto. Em 1983 a construtora Andrade Gutierrez abre estrada e constrói um canteiro de obras. Os conflitos com os índios acirram-se em 1985. Em função de um acordo firmado, no mesmo ano, os índios aceitam a construção da usina. Entretanto, até o presente momento a usina não foi construída. Mas o decreto de ampliação da área, reserva 300 ha em torno do Salto para a construção da usina. Os itens do acordo ainda não foram todos cumpridos; é preciso que sejam e que novo acordo ou uma pauta específica de recomendações seja elaborada e cumprida caso a usina venha a ser construída.

Saúde: O atendimento é feito por uma freira no Posto Tatui, que parece ser bem equipado. As doenças mais frequentes são malária, verminose, gripe, diarreia e desidratação.

A FUNAI estabeleceu um *convênio* em julho de 1987, com um médico e um hospital de Juara para atender os índios na cidade.

Em Juara, a Casa de Trânsito, está em precário estado de uso: paredes de madeira compensada apodrecendo, sem água e sem luz. Essa casa deveria receber recursos e apoio oficial, pois não há nenhuma verba destinada a ela.

Transporte: A *estrada* de acesso, dentro da área, estava em precário estado de conservação; praticamente intransitável, o que acontecerá nas próximas chuvas. Esta via de acesso precisa ser recuperada, antes das chuvas. A FUNAI prontificou-se a conseguir recursos, porém, não estava sendo possível que a Administração de Tangará da Serra providenciasse com a rapidez necessária. Esta, no momento, é uma providência urgente.

AVALIAÇÃO DO POLONOROESTE - FIPE

Relatório Antropológico - Área Indígena Apiaká/Kayabi

Lucia Helena Rangel - Agosto de 1987

I - A Viagem, o acesso, as comunicações

A Área Indígena Apiaká/Kayabi abriga os dois povos (Apiaká e Kayabi) em duas áreas contíguas, separadas pelo Rio dos Peixes. Localiza-se no Município de Juara, estado do Mato Grosso, que dista, aproximadamente, 750 km de Cuiabá.

Esta foi a primeira viagem realizada por um membro da equipe de avaliação à Área. Foi, portanto, uma viagem de reconhecimento e levantamento dos principais problemas que afetam estes índios. Em maio realizou-se uma viagem a Brasília com o objetivo de coletar dados sobre a situação da área em questão, junto à FUNAI e ao MIRAD. Na ocasião solicitei da FUNAI a cópia integral do Processo nº 4114/78, referente às Terras dos Índios Apiaká e Kayabi. Para conseguir a cópia do referido Processo foi preciso que eu fizesse uma solicitação por escrito, passasse por uma entrevista com o advogado da Procuradoria Jurídica e percorresse todo o trajeto burocrático (com protocolo e tudo o mais) para que a FUNAI me enviasse a cópia total; o que foi feito algumas semanas depois de minha volta de Brasília, apesar de tudo, satisfatoriamente.

A leitura do processo foi bastante valiosa, no sentido do esclarecimento dos problemas que enfrentam atualmente os Apiaká e os Kayabi.

Em 6 de julho fui para Cuiabá, onde pude obter diversas informações junto à 2a. Superintendência da FUNAI, junto à Regional do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e também junto à CEMAT (Centrais Elétricas do Mato Grosso). No dia oito parti, de ônibus, para Juara, onde cheguei no dia nove após 14 horas de viagem. O acesso a Juara pode ser feito também de avião. O per-

curso por terra é feito pela estrada Cuiabá-Santarém (trecho asfaltado) até 300 km depois de Cuiabá; depois disso segue-se por estrada de terra em direção a Porto dos Gauchos e depois, seguindo até Juara. O trecho sem asfalto pode ser feito pela *Estrada da Baiana*, que encurta o percurso, na seca, ou por Sinop.

Em Juara fiz contatos com a Comissão Pró-Índio local, onde atualmente atua apenas uma pessoa; o desfalque de pessoal atuante na Comissão deve-se ao fato de que seus membros foram ameaçados de morte em função dos conflitos por ocasião da tentativa de construção de uma Usina Hidroelétrica em terra indígena (conforme relato mais adiante) e também pelo desinteresse e preconceito em relação aos índios que se verifica na cidade.

No dia 10 de julho segui para a Área Indígena, com veículo alugado, por uma estrada de terra de 70 km, que liga Juara ao Salto Caiabis no rio dos Peixes. Do Salto até as aldeias desce-se o rio por 34 km aproximadamente, até a aldeia Apiaká, na margem direita, e mais 6 km até a aldeia Kayabi, na margem esquerda. O percurso até as aldeias foi feito através de *voadeira*.

A aldeia Kayabi pode ser atingida por terra através de outra estrada (também sem asfalto), onde se percorrem 50 km a partir de Juara, que foi construída pela Fazenda AGROTEP, vizinha da área. Por volta de 1981, quando a fazenda abriu esta estrada, os índios abriram também o acesso dentro da reserva. Até então, a saída da área era feita por rio, descendo o rio dos Peixes até o rio Arinos, e depois, subindo este até Porto dos Gauchos, o centro urbano mais antigo da região. Atualmente, este acesso por terra está praticamente intransitável. Percorri a picada, na volta, e foi possível passar com caminhonete com muita dificuldade. É bastante comum que o trecho (de 10 km) seja percorrido a pé, até mesmo por doentes que precisam ir ou voltar de Juara, em casos de necessidade de atendimento médico ou hospitalar.

Atualmente o problema do acesso à Área é bastante complicado, em primeiro lugar, porque Juara tornou-se o centro urbano mais próximo e, portanto, tem concentrado os serviços dos quais os índios dependem, tais como hospitais, médicos, supermercados e compradores de borracha e castanha, embora a borracha ainda se

ja vendida em Porto dos Gauchos também. Em segundo lugar, por que o acesso rodoviário tem-se mostrado mais rápido e fácil, proporcionando a mobilidade necessária à época atual. Isto quer dizer que os reparos necessários no trecho dentro da Área Indígena são urgentes e precisam ser feitos antes da chegada das próximas chuvas.

A FUNAI estava providenciando os recursos necessários para os reparos, mas, como sempre acontece, a demora já impacientava os índios. Estes, por sua vez, estavam entrando em acordo com uma madeireira de Porto dos Gauchos, para que esta fizesse os serviços de alargamento e correção do acesso em troca de madeira. Evidentemente a FUNAI não deu aval para a transação (o que poderia ser muito desvantajoso para os índios), mas também não providenciou os recursos imediatamente.

A aldeia Kayabi contou com uma pista de pouso, que está sem condições de ser utilizada. Os índios reivindicam também a construção de uma nova pista. Atualmente é possível pousar na pista da vizinha Fazenda AGROTEP e atingir as aldeias por barco.

Os Apiakã devem necessariamente passar pela aldeia Kayabi para sair ou entrar na reserva. Em sua aldeia não há pista de pouso e nenhum acesso terrestre chega até lá. Reivindicam um acesso terrestre até a beira do rio, em frente à sua aldeia atual. O isolamento desta aldeia é maior e o acesso mais difícil, por que sua área localiza-se à margem direita do rio dos Peixes e toda a movimentação com o exterior faz-se pela margem esquerda. Assim como os Kayabi, os Apiakã também vivem de necessidades que estão vinculadas aos serviços urbanos. Por outro lado, a Missão Anchieta, responsável pela administração da Área, concentra seus serviços na aldeia Kayabi.

Mas o problema do acesso, para os Apiakã, é mais sentido quando se trata de transporte de cargas mais pesadas, para vender, ou que foram adquiridas na cidade. Para amenizar alguns problemas, os Apiakã construíram uma casa na aldeia Kayabi; assim podem instalar-se lá quando necessitam permanecer por mais tempo junto à missão, para tratamento de saúde e por outras razões.

A Missão tem também um serviço de rádio, instalado na aldeia Kayabi, através do qual pode-se falar com Juara e com todo o circuito da Missão Anchieta. Além disso, recentemente, a FUNAI instalou um rádio em cada uma das aldeias, mas, com muita dificuldade consegue-se entrar no circuito da FUNAI.

Em Juara existe uma Casa de Trânsito, construída pela Construtora Andrade Guitierrez, em função de um acordo feito com os índios por ocasião dos conflitos gerados pela construção da Usina Hidroelétrica no Salto Caiabi. A casa foi construída com madeira compensada, não possui instalações elétricas e nem água encanada; as instalações sanitárias não podem ser utilizadas por causa disto. A madeira compensada está em péssimo estado de conservação, apodrecendo. Um casal, ambos índios (ele Bororo e ela de outra origem) reside permanentemente na casa para tomar conta e fazer a conservação. Não há uma verba específica para a manutenção desta Casa de Trânsito, o que gera dificuldades para o casal residente, que vivem apenas da aposentadoria do marido (ele está doente e ela não tem uma das mãos). Mas, de qualquer forma, a casa tem sido fundamental para hospedar os índios em casos de doença e de negócios que são feitos na cidade. Por isto mesmo é necessária uma forma de promover a manutenção da casa mais adequadamente.

II - Um Breve Histórico

A região dos formadores do Rio Tapajós, ao norte de Mato Grosso, começa a ser explorada na primeira metade do século XVIII, a partir das descobertas de ouro em torno da área na qual se formou a cidade de Cuiabá. Datam de 1727 as primeiras notícias dos povos Paresi e Bakairi. Em 1739, uma bandeira atinge o Rio Arinos onde, à procura de índios, encontrou ouro. Alguns anos depois, em 1747, forma-se o primeiro núcleo populacional *brasileiro* na margem esquerda do Rio Arinos que, embora tenha existido por poucos anos, deve ter exercido grande influência sobre os grupos indígenas circundantes, muito possivelmente os Apiaká (ver G. Grunberg - "Contribuição ...").

A reconstrução etno-histórica da região, elaborada por Georg Grunberg com o objetivo de situar o povo Kayabi, mostra que durante os séculos XVIII e XIX diversas expedições são realizadas à procura de índios, de ouro e também à procura de uma rota fluvial que ligasse Cuiabá à Belém do Pará.

Entretanto, no final do século XVIII, a situação é seguinte: Cuiabá é um *centro econômico reativado com foros de cidade e 18.000 habitantes nas adjacências. No norte a região de densas florestas do Tapajós com seus dois afluentes Arinos e Juruena. As comunicações com o Amazonas e Pará faziam-se exclusivamente pelo Guaporé e Madeira, dada sua maior facilidade de navegação. Nessas áreas supunha-se um grande número de tribos inimigas. Entre elas se encontram plenamente identificados os quase extintos Parecis* (Serra observa com toda razão: "... devendo esta nação sua ruína ao seu valor e pacífica conduta" p.195). E a leste da Serra dos Parecis, ao lado de onze designações tribais não identificáveis, os Apiaká, Cabaibas e Bacuris, além de Caiapô e Chavantes (Melgaço 1949: 302) (in: G. Grunberg - *Contribuição...*).

Durante o século XIX sucedem-se inúmeras expedições, através das quais tem-se notícias das tribos que habitavam a região. As referências mais explícitas referem-se aos Apiaká, Bakairi, Paresi, Munduruku, Tapanhuna, Nambikwara e Kayabi (estes aparecem

em referência explícita em 1844). A exploração dos Rios Arinos e Juruena além de ter proporcionado a viabilização de uma rota comercial entre Mato Grosso e Pará, através do Tapajós, permitiu o mapeamento da população indígena desta região, aliás uma preocupação que parece ter sido constante durante o século dezanove.

Ao findar aquele século, uma nova forma de exploração concretiza-se, impondo mais regularmente a presença da sociedade brasileira para as sociedades tribais locais - é o início da exploração da borracha, que se estende até a década de 1950, a última das diversas fases da borracha na região amazônica.

Por fim, a mais recente modalidade de ocupação e exploração da região é típica dos anos 60 e 70 (do século XX), quando o impacto assume características nitidamente predatórias. Trata-se da abertura de rodovias, dos programas de colonização, do garimpo, da exploração da madeira, base dos empreendimentos agropecuários mais sofisticados atuais.

A reconstrução étno-histórica da região dos formadores do Tapajós, mais especificamente as bacias do Juruena, Arinos e Teles Pires, revela não só a existência de tribos mas, uma situação de intrincadas relações inter-tribais feitas de alianças e guerras, alternadamente. Não foi possível, neste trabalho tão sucinto, recuperar estas relações de modo a poder explicá-las. Apenas destaco o fato, tentando mostrar a importância reveladora de um estudo que poderá vir a ser desenvolvido, já que o material consultado aponta para isto. O Padre João Donrstauder, em um de seus escritos, elabora uma listagem dos vizinhos dos Kayabi e os tipos de contato que existiam entre eles; são eles: Apiaká, Bakairi, Tapanhuma (Ipeú, Beijo de Pau ou Tapaiuna), Rikbaktsa, Ypeuã ou Nambikwara (talvez os atuais Kreenakarore) e Munduruku. As relações mais frequentes entre esses povos seriam dadas através da guerra; mas, entre os Kayabi, Apiaká e Bakairi teriam existido relações mais estreitas através da troca de mulheres e dos machados de pedra. Os Kayabi foram muito conhecidos por seus machados e por causa da pedreira, com características míticas, da qual se utilizavam para confeccioná-los. Esta pedreira, muito prova-

velmente, é a mesma que existe à margem direita do Rio dos Peixes.

Os Apiaká, tribo de língua tupi-guarani, têm uma história de contato com as fontes de colonização do Rio Arinos bastante recuada no tempo. Figuram como uma grande nação na Carta Régia de 14 de setembro de 1815 de D. João VI e aparecem em diversas referências nos relatos das expedições do século XIX. Foram calculados em 16.000 pessoas na Memória da Nova Navegação do Rio Arinos (autor anônimo), publicada em 1856, que já os identificava como um grupo que mantinha contato pacífico com o homem branco. Aparecem em outros relatos como pessoas que ajudavam nas travessias das cachoeiras, às tais expedições. As referências aos Apiaká até as primeiras décadas do século XX, os localizam em vários pontos do Rio Arinos, mais especificamente nas barras dos rios Apiaká, dos Peixes e São Manoel (ou Teles Pires).

Os relatórios da Comissão Rondon fazem referências explícitas a massacres sofridos pelos Apiaká, organizados pela Colônia do São Manuel, com ajuda dos seringueiros ocorridos em duas ocasiões - no início da década de 1900 e nos anos 1911 e 1912. Esta é a época de maior pressão sobre este povo, que tem como desfecho sua integração forçada aos seringais e sua dispersão enquanto tribo. Em 1957, Darcy Ribeiro coloca-os na classificação de tribos extintas.

De fato, parece ter havido uma grande dispersão e fugas para as matas. Em 1966 Georg Grunberg encontrou indícios de um grupo Apiaká a cinco dias de marcha ao norte do alto Rio dos Peixes e julgou tratar-se de um grupo isolado, que teria sido visitado por um Kayabi na década de 1950. Ainda hoje, os Apiaká remanescentes procuram por seus parentes, conforme poder-se-á ver mais adiante.

Os Kayabi, também pertencentes ao Tronco Tupi, família Tupi-Guarani, mantiveram-se relativamente isolados até 1950. Foi a frente seringueira que os encontrou nesta década e lhes trouxe uma história de desventuras muito rapidamente. Além da ocupação de suas terras pelos seringais, sofreram os efeitos dramáti

cos da venda ilegal de suas terras por parte do governo do Estado de Mato Grosso a partir de 1955.

Viviam os Kayabi em dois lugares, formando dois grupos distintos: um no Teles Pires e outro no Rio dos Peixes. O primeiro é conhecido como o grupo do Paranatinga e o segundo, como o grupo Arinos, denominados frequentemente Tatuê.

Foi a situação apontada acima (ocupação dos seringais e venda de suas terras) que motivou os irmãos Villas-Boas a promoverem a transferência dos Kayabi para o Parque Nacional do Xingu. Os Villas-Boas haviam conhecido os Kayabi do Teles Pires por ocasião da expedição Roncador-Xingu, realizada na década de 1940. Em 1966 os irmãos Villas-Boas completam a transferência dos Kayabi para o Xingu, através da *Operação Kayabi*, assim conhecida, que teve por objetivo resgatar os remanescentes desse povo, que viviam no Rio dos Peixes. Parece que não havia conhecimento, por parte dos Villas-Boas, da fundação de um Posto (Posto Tatuê) pela Missão Anchieta, criado para dar assistência aos Kayabi, no Rio dos Peixes em 1960.

Nesta ocasião, o grupo do Tatuê, chefiado por Temeoni, já estava dividido - uma parte estava no Posto Tatuê, abaixo do Salto (hoje denominado oficialmente Salto Caiabis) e outra nas malocas tradicionais acima do Salto, espalhados até a foz do Rio dos Peixes. Temeoni morava nas malocas.

A *Operação Kayabi* atinge as malocas, vinda do leste, por dentro da mata através de uma caminhada de 300 km. Por isto, isto é, pelo fato de não terem entrado no Rio dos Peixes pelo Arinos, não passaram pelo Posto da Missão Anchieta. Quase todos os moradores das malocas foram embora para o Xingu, inclusive Temeoni, último chefe Kayabi a se instalar lá. O próprio Temeoni e sua família estavam sofrendo ataques, espancamentos e toda sorte de pressões dos seringueiros e *proprietários* de terra do local.

Desde essa época, os Tatuê do Xingu falam em voltar para suas terras. Em 1978 fizeram uma visita ao Tatuê e, de lá para cá, pensam em concretizar seu retorno. Neste ano de 1987, em abril, deslocaram-se para o Tatuê, quatro homens do Xingu, e fiz

ram uma viagem pelo Rio dos Peixes, acima do Salto, identificando ribeirões, igarapês e os locais das antigas aldeias, ajudados por homens do Tatui, inclusive um pajé, cujas lembranças estão bem vivas. A intenção deles é recuperar uma parte destas terras, que são suas, e promover o retorno do grupo que está no Xingu. Já fizeram uma roça no Tatui para receber Domingos, herdeiro de Temeoni, que pretende retornar com sua famílias ainda este ano.

A Missão Anchieta e o CIMI tem ajudado os Kayabi nesta tarefa e já fizeram um sobrevôo, na área, para indicar um local onde não existam fazendas instaladas. O local já foi identificado e será dado conhecimento à FUNAI, assim que for oportuno. Os Kayabi merecem ajuda neste empreendimento, dado que do vasto território entre o Teles Pires e o Rio dos Peixes, que foi seu habitat imemorial, muito pouco lhes restou.

A demarcação da área em 1975 reservou-lhes 47.450 ha, que agora ampliados passam para 60.510 ha aproximadamente. A área Apiakã, demarcada em 20.160 ha, passa a 49.160 ha aproximadamente. A área total da Área Indígena Apiakã/Kayabi seria então de 111.410 ha, o que não é muita coisa se levarmos em conta as possibilidades da subsistência, principalmente os seringais nativos, hoje fonte de recursos principal. Ou então, se pensarmos em crescimento populacional.

As últimas pressões sofridas pelos Kayabi remontam ao ano de 1972, data da fundação de Juara, elevada à categoria de município em 1981. A década de 1970 representa a implantação de diversos projetos de colonização que cercam a Área Indígena. Juara é um núcleo de colonização que conjuga uma população paranaense em sua maioria. A produção básica do município é a madeira - em 1985 existiam 22 serrarias no perímetro urbano e 15 na zona rural. Além disto, cafeicultura, borracha, cacau, guaraná, culturas rotativas (arroz, milho e feijão) e pecuária compõem a pauta produtiva regional. A população urbana de Juara é 13.000 habitantes aproximadamente e a rural chega em torno dos 35.000.

III - Área Indígena Kayabi

Em 9 de setembro de 1960 foi fundado o Posto Tatuí, na margem esquerda do Rio dos Peixes, cerca de 40 km abaixo do Salto Caiabis (denominação atual), pelo Padre João Dornstauder, a partir de entendimentos com os Kayabi, quanto à sua localização e em função da necessidade de assistência em que se encontrava este povo. Esta área foi criada pelo Decreto nº 63.368 de 8 de outubro de 1968; posteriormente houve uma revisão da área, com consequente diminuição de limites em função do comprimento do córrego Jau, muito superior ao previsto. Dessa revisão resultou o Decreto nº 74.477 de 20 de agosto de 1974 que estipulou a demarcação da área, realizada em 1975. Entretanto, o limite sul da área demarcada passou a ser o próprio córrego Jau, deixando de fora o Salto do Rio dos Peixes (Salto Caiabis) referência mítica extremamente importante para os Kayabi. O salto é a morada do pajé, entidade mítica de origem deste povo. Além disso, na área entre o córrego Jau e o salto localiza-se o Taquaral, cuja utilização para confecção de flechas e outros usos é tradicional, aparecendo como referência em relatos das fontes etno-históricas.

Depois de muitos anos de insistência, por parte da Missão Anchieta e dos índios Apiakã e Kayabi; depois de sérios conflitos em função do aproveitamento hidroelétrico do Salto Caiabis, a FUNAI atendeu a solicitação de ampliação da área e encaminhou a proposta que foi regulamentada pelo Decreto nº 94.602 de 14 de julho de 1987. As duas áreas (Apiakã e Kayabi) foram ampliadas mas, ficou preservada uma área de 300 ha em torno do salto para a construção da usina hidroelétrica.

Conforme se dizia acima, em 1960 os Kayabi estavam carentes de assistência. Este era o grupo Kayabi (Tatuê) do Rio dos Peixes ou Rio Tatuí, assim designado pelos índios da região. Os Tatuê foram fortemente pressionados pela frente seringueira que ocupa a região do Arinos a partir da década de 1950.

Em 1953, o Padre João, fazendo uma visita aos Kayabi do Posto José Bezerra soube de um grupo Kayabi *selvagem* que vivia

no Rio dos Peixes. Em abril de 1955 Padre João parte de Diamanti no à procura deste grupo; passa pelo Posto João Bezerra, arregimentando homens Kayabi para acompanhá-lo no empreendimento. A expedição visitou 5 aldeias (Kayabi) no Teles Pires e fez a travessia até o Rio dos Peixes, através do Rio Jaguaru (Yavari). Na ocasião o padre fez contato pacífico com a população de 5 malocas no curso superior do Rio Tatui e recenseou 110 pessoas. "É interessante observar que já havia, no Tatui, alguns instrumentos de ferro (machados e facões), além de bananas e cachorros. Os índios andavam nus, e em 1966 Sabino divertiu-se contando-me da consternação dos moradores da maloca de Temeoni face ao seu vestuário, quando viram, em 1955, um membro da tribo vestido à brasileira pela primeira vez.

Na viagem de volta, descendo o Rio dos Peixes, Dornstauder encontrou, pouco abaixo do Salto, os primeiros seringueiros e, junto ao Arinos, a nova clareira da CONOMALI". (G. Grunberg-"Contribuição...").

Nesta mesma época outro povo enfrentava contatos hostis com os seringueiros do Arinos e do Juruena - eram os *canoeiros* (Erik baktsa). Dado o grau das hostilidades, o Padre João Dornstauder dedicou-se à pacificação deste grupo, realizada em circunstâncias difíceis, com ajuda de seringalistas, tarefa terminada em 1959. Durante estes anos os Kayabi procuram contato com os seringueiros e oferecem seus serviços; em 1957 dois Kayabi acompanham o padre na expedição do Juruena e neste mesmo ano ele vai pela segunda vez às malocas do Rio dos Peixes acompanhado pelos mesmos dois homens e por Fritz Tolksdorf, que elaborou um minucioso relatório de viagem.

Em 1958 padre João assumiu o barracão do Sr. Rosa, no Arinos e o transformou no Posto Santa Rosa, para dar assistência aos Erikbaktsa. "Em abril do mesmo ano ali chegaram os primeiros Kayabi, para trabalhar em troca de presentes. Em pouco tempo assumiram a direção, o que levou a desentendimentos com os Aripaktsã. No decorrer do ano de 1959 chegaram mais Kayabi, de tal modo que a 10 de janeiro de 1960 se encontravam 22 Kayabi e apenas 21 Ari

paktsã no Posto. Dornstauder decidiu reservar o Posto exclusivamente para os Aripaktsã, com exceção de 2 ou 3 Kayabi que ficariam ajudando, e prometeu aos Kayabi fundar um posto próprio em local adequado da escolha deles, desde que participassem ativamente da iniciativa. Justificava esta decisão com a forte tendência dos Kayabi, manifesta há quatro anos, de entrar em contato com os *civilizados* e mudar das cabeceiras para o curso inferior, com a crescente mortalidade causada pelas doenças introduzidas pelos *seringueiros*". (G. Grunberg - "Contribuição..."). Assim, em abril de 1960 os Kayabi do Posto Santa Rosa foram levados de volta ao Rio dos Peixes, onde concentraram-se aproximadamente 30 pessoas em torno de Yupari'up/Chico, chefe da aldeia Tatuê até hoje. Este núcleo do Tatuê composto em 1960 por uma maioria de famílias jovens, representava uma certa oposição ao chefe Temeoni que permaneceu em sua Maloca, acima do Salto até 1966 quando partiu para o Xingu, na *Operação Kayabi*.

O grupo do Tatuê que, segundo Grunberg, caracterizava-se por formar um *círculo progressista*, foi tratado pela Missão a partir da interpretação do desejo manifesto de relação com a *civilização*. Isto fica mais claro nas palavras do próprio Padre João Dornstauder em um de seus relatórios de 1966: "Visitando no fim deste mesmo ano de 1954 o Posto Cap. Vasconcelos, entrementes fundado pelos irmãos Villas Boas no Coluene, o padre tornou a ver vários índios, que poucos meses antes encontrou no Teles Pires. Este Posto é o marco inicial de uma experiência de proteção, isolamento e paternalismo. Eu vi as cousas de um outro lado: não tudo eram tropelias; e muitos índios aspiravam a uma convivência amistosa com os civilizados. Casos limites observados são o casamento da índia Catôari com o seringueiro Justino; e o caso de Cacildo, hoje talvez o melhor enrolador de dínamos em Cuiabá. Com base na realidade observada o padre tentou outra experiência: dar aos índios oportunidade de se assemelhar e equalar (sic) aos civilizados, criando o ambiente em que isso seria possível. Ou então, prepará-los para serem eles mesmos capazes de superar a situação".

Além da criação do Posto Tatuê, com o espírito relatado a-

cima, os Kayabi foram vítimas, junto com os outros grupos da região, da Missão Utiariri. A tendência de levar crianças para estudar no internato de Utiariti acentuou-se a partir de 1960, sendo comum também o emprego dos Kayabi no trabalho do Posto Santa Rosa. Hoje, há outra geração de famílias jovens com fortes inclinações para o desfrute dos bens e estilos da vida *civilizados*, criando uma situação paradoxal em relação a 1960. Em Utiariti foram obrigados a comunicar-se em português, devido à diversidade de etnias convivendo; aprenderam modos e comportamentos cristão/ocidentais; foram treinados para operar máquinas tais como trator e serras; casaram-se com diferentes etnias; etc. Hoje, as crianças Kayabi do Utiariti são pais de família, na faixa dos 30 a 40 anos. Alguns deles formam, talvez, um *círculo progressista* em oposição à Yupari'up/Chico, o chefe, que hoje é o guardião das tradições Kayabi, o depositário da herança de Temeoni: seu *Tio/Pai*, como ele mesmo diz, do qual, por tradição herdou a chefia.

Hoje Chico exerce a chefia dividindo-a, por um lado com dois homens mais jovens, inquietos, porta vozes externos do grupo porque dominam os traquejos *civilizados*: por outro lado, divide com os pajés a ascendência da tradição e da força espiritual de unificação da comunidade.

É possível que esse quadro da chefia dos dias atuais revele as contradições internas da comunidade, instauradas a partir de 1950 quando tornou-se impossível o distanciamento da sociedade brasileira que invade, das mais diferentes maneiras, a vida dos Kayabi.

Em 1980, conforme os dados da Missão, a população Kayabi do Tatui somava 102 pessoas. Em 1987 são 120 aproximadamente. Muitos dos adultos e todos os velhos (que são poucos) nasceram nas malocas. Alguns deles mostram ainda visíveis suas tatuagens faciais, marcas da iniciação dos adolescentes na vida adulta, que hoje não fazem mais. A língua Kayabi é falada regularmente, sendo o instrumento preferido para as conversas sérias. Com raras exceções, todos falam o português, e algumas crianças e jovens não falam a língua nativa. Existem alguns casamentos interétnicos com Apiaká, Irantxe e outros. Mas, a maioria casa-se com Kayabi,

havendo alguns casamentos com moradores do Xingu.

IV - Área Indígena Apiaká

Em 1967 um grupo de cinco famílias Apiaká passou a residir na Aldeia Kayabi do Tatui, chamadas pelo Padre João, responsável pela Missão Anchieta no Posto Tatui. Essas famílias viviam no Seringal da empresa CONOMALI, localizado no município de Porto dos Gauchos. A história destas cinco famílias reproduzia, então, a história do povo Apiaká.

Do contato com as frentes que exploraram os rios e ocuparam a região do Juruena, do Arinos e do Teles Pires, restou para os Apiaká uma grande dispersão tribal. Desde o final do século XIX e princípios do século XX os Apiaká foram, aos poucos, sendo incorporados ao trabalho nos seringais.

Alternando resistência às frentes de exploração da região e contatos pacíficos, a incorporação do povo Apiaká aos seringais os levou a enfrentar até mesmo situações de escravidão. O resultado parece ter sido a dispersão. Hoje em dia vivem, alguns na Reserva Indígena Kayabi do Teles Pires; diversas famílias estão dispersas ao longo dos rios Teles Pires e Juruena (vivem no Pará, como dizem os Apiaká da Aldeia Mairob); outros vivem ou já viveram na Missão Cururu, no Pará; algumas famílias moram em cidades - Porto dos Gauchos, Juara e uma em Cuiabá, além dos que vivem na Área Indígena Apiaká.

Os conflitos nos seringais implicaram em grande mortalidade, para os Apiaká, quer seja por doenças, fome ou assassinatos (individuais e coletivos).

"Em 1902 foi fundada, na embocadura do Teles Pires no Juruena, a Collectoria de Rendas do Estado do Mato Grosso, criada por decreto em 1891. Seu primeiro comandante, Thomaz Carneiro, começou de imediato, junto com seu irmão Ernesto, uma campanha de extermínio dos homens Apiaká desta região, a fim de apoderar de suas mulheres. Ambos foram mortos a tiros por dois Apiaká. O novo coletor de rendas, Fábio Freire, sob o pretexto de vingar a morte de seu antecessor, junto com aproximadamente 100 seringueiros e empregados matou, num ataque à aldeia Apiaká, toda sua

população, incluindo mulheres e crianças. Dizem que o resto dos Apiakã se retirou para a região do Médio Teles Pires. Em 1912 existiam ainda 32 índios na referida coletoria, sob um novo comandante, dos quais 16 mulheres (prostitutas), 7 homens e 9 crianças (Costa Pinheiro apud Rondon 1916:217 e Hoehne apud Rondon 1915:168). No livro publicado duas décadas depois, Murilo de Campos ocupou-se minuciosamente das causas do declínio dos Apiakã e registra para 1912 apenas 20 índios na coletoria do Teles Pires (1936:177-81)" (G. Grunberg - "Contribuição..").

Hoje, o chefe da aldeia lembra com muita tristeza as histórias que seu pai, falecido em 1947, contava. Uma delas refere-se a uma experiência com um seringalista de nome Paulo Correia para quem os índios trabalhavam. Este seringalista utilizava mão de obra indígena como tripulante em suas embarcações para ir à Itaituba; no percurso das viagens batia com vara naqueles que não trabalhassem sem parar; "pegava as mulheres para dar aos peões"; e praticava, assim, toda sorte de desmandos e maus tratos até que os índios cansaram-se. Atacaram a sede do seringal e avisaram os parentes que iam fugir para o mato. Esse grupo, ao que parece, dividiu-se em dois. Um instalou-se em lugar acessível e era visitado até que uma epidemia de sarampo o dizimou. Outro foi para o Juruena e nunca mais foi encontrado. Há notícias de que estariam "no mato" até hoje. Alguns indícios, tais como vestígios de casas, roças, fumaça, encontros com seringueiros, indicam que há um grupo Apiakã arredio, provavelmente, na barra do Rio São Tomé. Os Apiakã de Mairob e membros da Missão Anchieta já fizeram algumas viagens à área para procurá-los e localizaram aqueles vestígios; esperam, portanto, encontrar seus parentes, pois não pretendem abandonar as buscas. Além disso, reivindicam que seja demarcada uma área para este grupo no mesmo local onde forem encontrados para que se evitem doenças e os transtornos da transferência.

Em 1967, quando as cinco famílias instalaram-se no Tatuê, passaram a reivindicar uma porção de terra para que pudessem viver em paz e congregar seu povo tão disperso. Em 1968 foi cria-

da a Reserva Indígena Apiakã através do decreto nº 63.368, de 8 de outubro, na margem direita do Rio dos Peixes em frente à Reserva Kayabi. Os Apiakã deixaram o Tatuí aos poucos, onde trabalharam até 1970. Em 1974 os limites da reserva foram alterados pelo decreto nº 74.477 e em 1975 a área foi demarcada, ao mesmo tempo em que foi solucionado um conflito com a fazenda AGROTEP, cujos limites adentravam a Área Indígena.

Neste mesmo ano de 1975 os Apiakã construíram uma aldeia - aldeia Nova Esperança - um pouco abaixo da aldeia Kayabi, na beira do Rio dos Peixes. Em Nova Esperança vivia uma população de 57 pessoas em 1980. Depois disso haverá uma nova dispersão a partir de uma cisão dentro do grupo. Em 1983 uma família transferiu-se, rio acima, para um local distante 6 km da aldeia Kayabi.

Aos poucos outras famílias transferem-se para lá também, fundando a atual aldeia - aldeia Mairob - cujo chefe passa a ser o homem que mudou-se para lá primeiro, sendo também o mais velho. Outras famílias saem da área e destas, algumas mudam-se para as cidades. Restou em Nova Esperança apenas uma família.

A população total, residente na área atualmente, é de 63 pessoas, sendo 55 os residentes em Mairob. É uma população bastante jovem, sendo, aproximadamente, 23 crianças até 10 anos e 28 na larga faixa de 11 a 30 anos.

No decorrer de tantos anos de dispersão os Apiakã miscigenaram-se: casaram-se com não-índios e com outras etnias indígenas. Parece haver uma sólida aliança entre os Apiakã e os Munduruku; um casamento entre uma mulher Apiakã e um homem Munduruku motivou a transferência de outros Munduruku para Nova Esperança e Mairob. As viagens para o Pará (Missão Cururu, principalmente) são frequentes e estas visitas motivam também mudanças por períodos longos ou estadias permanentes, promovendo assim grande mobilidade entre Mairob e o Pará. Existem também alguns casamentos com os Kayabi do Tatuí e um casamento entre uma moça Munduruku e um moço Kokama (peruano).

Os Apiakã, com exceção do chefe, não falam sua língua nati

va, ao contrário dos Munduruku que falam sua língua, insistem no aprendizado das crianças, chegando a ter uma mulher velha que não fala o português (fato que provoca a necessidade de conversarem em língua nativa).

A área Indígena Apiakã parece ser, também, um sítio arqueológico. Quando foi construída a aldeia Nova Esperança foram encontrados inúmeros objetos, entre os quais muitos machados de pedra e partes de cerâmica, na terra revolvida para a construção das casas. A Missão Anchieta já recolheu muitos destes objetos e o Padre João tem em suas mãos uma grande quantidade de pedras, em diferentes formatos com aparência de machados. Mas, ao que tudo indica nenhum estudo arqueológico mais profundo foi feito na área.

Acontece que na margem direita do Rio dos Peixes, acima da atual área Apiakã fica uma pedreira, utilizada tradicionalmente pelos Kayabi, para confecção de seus machados. Até hoje no leito deste rio encontram-se, com certa frequência, pedras polidas (principalmente com formato de machado) e cerâmicas inteiras ou aos pedaços. Um estudo arqueológico seria interessante, pois ajudaria a elucidar as relações inter-tribais características dessa região e a reconstrução histórica da vida de um ou mais desses povos.

V - Atividades Econômicas

As atividades econômicas são as mesmas nas duas aldeias (Apiakã e Kayabi) e portanto, a descrição que será feita neste item refere-se às duas comunidades indistintamente. O conjunto do trabalho congrega as seguintes atividades: agricultura, pesca, caça, coleta, extrativismo e pecuária. Os instrumentos de trabalho são todos manuais e adquiridos pela Missão ou através da FUNAI.

A agricultura é cultivada para a subsistência, compondo a pauta alimentar os seguintes produtos: milho, mandioca (brava, mansa e doce), carã, macarita (batata pequena), banana, arroz, feijão, mamão, melancia, amendoim. Plantam durante o ano inteiro, alternando os produtos de cultivo conforme sua época. A mandioca é guardada na plantação de um ano para outro. Fazem derrubada e queimada na seca, sendo este momento de ajuda mútua. Cada homem casado tem sua roça e, normalmente um grupo de parentes próximos fazem roças contíguas porque ajudam-se em mutirão na derrubada. Os Kayabi dizem que o genro deve plantar para o sogro. Mas, o mutirão da derrubada é feito por todos, roça por roça, até que cada homem tenha sua roça preparada; cada roça corresponde a uma família nuclear que mora numa casa própria.

As freiras da Missão decidiram plantar uma horta em cada aldeia. Com isto, os homens ajudaram a fazer a horta e todos (mulheres, jovens e crianças) ajudam na manutenção da horta. No período da seca a horta precisa ser molhada todos os dias, de preferência duas vezes por dia. Esta atividade mobiliza muitas pessoas, principalmente as crianças, na tarefa de carregar água do rio até a horta. É preciso que a freira chame as pessoas para tal atividade, porque aí a ajuda não é tão voluntária. Os produtos da horta, não fazem parte da dieta alimentar e preferencial das famílias, pelo que pude perceber.

As frutas são plantadas, também, próximo às casas e espalhadas pelas aldeias. No Tatui existem inúmeras mangueiras, cujas mudas foram trazidas pela Missão, desde o começo.

Do produto das colheitas retiram as sementes e distribuem o consumo através do ano. Mas não é todo produto que dura o ano inteiro; o arroz, conforme a quantidade colhida não dura, como também o milho.

Da mandioca fazem farinha, beiju e outras comidas. Fazem chicha de mandioca, milho, arroz, amendoim, açaí, isto é, fazem chicha de tudo, como dizem.

Mas a dieta mais comum tem a farinha e o peixe como base. A dieta alimentar Apiakã é famosa por suas iguarias e é bastante variada, mas o peixe e a farinha também são a base e fazem questão da pimenta.

Fazem também uma roça comunitária em cada aldeia, para aumentar o suprimento alimentar; porém, esta roça é feita com muita regularidade.

A pesca também é atividade constante, durante o ano inteiro, cuja abundância e consumo das espécies varia conforme a época do ano. Os peixes mais comuns são trairão, jau, pintado, pacuzão (os maiores), piao, matrinchã, jurupensen e outros. Vão constantemente ao Salto e acima do Salto para pescar, que é onde a pesca é mais abundante. Reclamam que, hoje em dia, a pesca está escasseando; não se sabe se rio acima há algum empreendimento que prejudica a pesca. O rio é, para os índios, a prin cipal fonte de proteínas (através dos peixes), o meio de transporte, o banho, a água que se bebe e a água com a qual se lava roupa, louças, etc. Alguns homens, vez por outra, saem da aldeia para vender peixe em Piquete (patrimônio há 20 km da área) ou em Juara. Todos são unânimes em condenar a venda de peixes, mas, o fato é que têm feito isto. Quase não pescam mais com flechas; o anzol e a linha são os instrumentos mais usados.

A caça já está escassa na área, mas ainda caçam com certa regularidade macacos, quatá, prego e zog-zog. Também tem bugio, mas não o comem. Além dos macacos, caçam marreca, mutum, jacutinga, paca, tatu.

Isto é, caçam mais os bichos da noite; os do dia são escassos. As antas desapareceram e quase não se consegue um cai-

titu. Ainda caçam com flechas, mas, o mais comum é o uso da espingarda.

Os produtos de coleta referem-se a algumas frutas (açai, tucum e outras), o mel, taquaras e castanha. Destes, a castanha é vendida uma vez por ano, mas é usada mais para o consumo alimentar. Não conseguem quantidade suficiente que compense a venda, porque o preço do quilo é muito baixo no mercado regional; e existe a dificuldade no transporte que, neste caso, é por conta do produtor.

A atividade que gera maior fonte de recursos monetários é a extração da borracha. Algumas famílias passam até 3 meses por ano no acampamento, vindo à aldeia para suprimento ou por doença apenas. Outras famílias *cortam* em local mais próximo e deslocam-se todos os dias. A produção, por família, pode atingir uma média de 200 kg, que é vendida em Juara ou Porto dos Gauchos. Mas não são todos que *cortam*. Ouvi as reclamações de uma mulher que ponderava que o *corte* desvia o homem da roça e, assim, passa a faltar comida em casa. Mas, de qualquer maneira, esta tem sido a atividade através da qual conseguem mais dinheiro; não são somas volumosas - na última venda conseguiram Cz\$ 30 ou Cz\$ 35 por quilo.

O artesanato tem sido outra fonte de renda, embora inexpressiva. Vendem os produtos para as freiras ou para compradores particulares; já venderam para a FUNAI também. Mas há também o artesanato feito para uso como cestos, redes, arcos, flechas, colares, brincos e outros.

Por fim, a pecuária e a criação de galinhas, patos e porcos completam o rol das atividades econômicas que foram observadas. A pecuária foi introduzida pela Missão que adquiriu as cabeças de gado. Na aldeia Kayabi há atualmente 20 cabeças, mais ou menos; os Apiakã cuidam de 8 cabeças em Mairob e ficaram umas 30 ou 40 em Nova Esperança. A dificuldade reside na própria criação: o gado arrebenta a cerca do pasto e sai para o mato, transformando-se em boi bravo. Os índios ainda não conseguiram a destreza técnica dos cuidados que o gado exige, embora alguns sai-

bam cuidar e até fizeram curso através da Missão. Mas há também o problema da reposição das cercas e com isto o gado foge, vagueia pelo mato e come as plantações. Retiram o leite e assim a limentam as crianças e os doentes. A criação dos outros animais é feita por cada família, em locais próximos às casas e servem para o consumo alimentar. Além destes, em cada aldeia há uma mula, que serve no transporte da lenha e dos produtos das roças.

VI - Saúde

A Missão mantém, na aldeia Kayabi, uma enfermaria (aparentemente bem equipada - há geladeira), com suprimento de remédios, vacinas e dois leitos. A enfermeira é uma freira que está na área desde 1975. Preocupa-se com sua formação, fazendo cursos, atualizando-se e aprendendo técnicas de massagens e uso de plantas medicinais. O atendimento parece ser bom, mas não posso fazer uma avaliação adequada porque a freira recusou-se a dar entrevista e informar-me sobre suas atividades.

Do que foi possível apurar, as doenças mais frequentes são malária, verminose, gripe, diarreias e desidratação. A tuberculose está controlada, houve casos no passado, como houve, também, epidemias de sarampo, gripe e catapora que provocaram muitas mortes.

As crianças são vacinadas - Sabin, Tríplice e Anti-Sarampo - e parece haver um controle, através de fichas para cada criança que nasce.

A borrifação anti-malária é feita pela SUCAM que, as vezes faz duas vezes por ano e às vezes não faz nenhuma. Houve casos de mortalidade infantil e adulta por complicações da malária.

Além destas doenças os Kayabi são acometidos por uma micose de pele, chamada popularmente *ferida Kayabi*, cuja incidência é praticamente exclusiva neles. Segundo informações de um médico da Faculdade Paulista de Medicina, esta micose é proveniente de fungo encontrado no ambiente natural da região. Os Kayabi do Xingu não tem a micose, só as tem quem já chegou lá com ela - ninguém contraiu a doença no Xingu. Algum caso esporádico foi encontrado no Acre. Não há tratamento para a micose; nos casos em que a lesão é pequena, retira-se com cirurgia. A micose não mata e nem debilita a pessoa que a contraiu, apenas incomoda com coceiras, que podem ser aliviadas com remédios tradicionais. Alguns estudos foram feitos pelos médicos FPM, constatando a causa pelo fungo ambiental; o que não se sabe é se, hoje em dia ,

com as alterações ambientais que a região tradicional dos Kayabi vem sofrendo, houve também alteração na presença do fungo. A *feirida* era visível em um velho e em uma criança, na época da viagem.

Na aldeia Kayabi existem duas índias que auxiliam no atendimento à saúde. Uma delas ajuda na enfermagem desde 1968 e hoje é bastante experiente. Na aldeia Apiakã não há atendente - apenas uma moça Kayabi que, antes de casar-se e portanto, mudar-se para a aldeia Kayabi, estava aprendendo com a freira. Ela recebe da freira alguns remédios e socorre em casos de necessidade. Porém, os Apiakã são unânimes em sua avaliação da própria saúde: " aqui ninguém fica doente e quando fica, tratamos com remédio do mato que cura logo"; "se precisar vamos atrás da freira, no Tatuê, mas quase nunca precisamos". às vezes precisam de ajuda nos partos , então a freira vai até a aldeia - como faz, com alguma frequência, suas visitas para verificar se estão todos bem e levar remédios.

Os remédios e vacinas, a Missão consegue através de seus programas de saúde que recebem verbas de entidades internacionais ou através do Ministério da Saúde e também da FUNAI.

VII - Educação

Em cada aldeia há uma escola que atende principalmente as crianças. Quando há adultos interessados em alfabetização, são a tendidos no horário noturno.

Atualmente há apenas uma freira para o magistério nas duas aldeias. Ela alterna seu trabalho, permanecendo uma semana em ca da escola. Na semana que a freira está ausente, em cada aldeia, há uma moça que ministra as aulas, dando continuidade ao programa estabelecido. Esta freira chegou na área também em 1975; mas até 1981 ficou em Nova Esperança, quando os Apiakã se dispersaram. Há dois anos vem fazendo este trabalho de revezamento quinzenal entre Mairob e Tatuê.

As freiras têm uma espécie de convênio com o Colégio Plácido de Castro, de Diamantino, ligado à sua Congregação que é a *Ir mazinhas da Imaculada Conceição*. O colégio fornece além de parte do material escolar, matrículas oficiais aos alunos das aldeias. Assim, as notas e cadernetas são enviadas ao Colégio, que fornece certificados aos alunos, caso tenham necessidade ou queiram continuar seus estudos em outro local.

O ensino nas aldeias é dado até a 5a. série do 1º grau, em dois períodos: de manhã para os que estão sendo alfabetizados e à tarde para os mais adiantados. As aulas são ministradas em português e não existe preocupação com o ensino bilíngue. A freira não fala nenhuma língua indígena. Duas linguísticas do Summer fizeram pesquisa na área durante muitos anos e produziram cartilhas, mas esse material não chegou ao Tatuê.

Há uma certa preocupação em adaptar o material escolar (que é fornecido pelo Colégio e também pela FUNAI) aos acidentes geográficos e animais típicos da região. Mas não se trabalha com as pectos da cultura tribal; segundo a freira "os índios não gostam" e "não gostam da língua". Por isso, ela também não tem essa preocupação.

VIII - Usina Hidroelétrica no Salto Caiabis

O ano de 1985 começa agitado na área indígena Apiakã/Kaya bi. Em março, os índios ocuparam o canteiro de obras, da construtora Andrade Gutierrez e impediram, assim, a continuidade das obras para a construção da UHE Salto Caiabis, o Salto mítico denominado pelos Kayabi Ytu'u (Salto Grande). Primeiro atearam fogo em um dos barracões, expulsaram de lá o vigia com sua família e realizaram uma série de assembleias no próprio canteiro de obras. Chegam os líderes Txucarramãe Megaron e Raoni e Prepori Kayabi, vindos do Xingu. Chegam também líderes e representantes dos Bororo, Bakairi, Irantxe, Kampa, Mynky, Nambiwara, Rikbaktsa, Pareši, Terena, Umutina e Xavante que, juntamente com os Kayabi e Apiakã realizaram uma assembleia para discutir a necessidade urgente de impedir a construção da usina. Escreveram uma carta para entregar ao presidente Tancredo Neves e ao presidente da FUNAI e elegeram uma comissão para ir a Brasília. Foi aí que decidiram iniciar a queima dos barracões e resistir energicamente à construção. Foi criada então a Aliança das Lideranças Indígenas (ALINDIG) com sede em Cuiabá.

No mesmo mês de março o então deputado Mário Juruna, como membro da Comissão do Índio da Câmara dos Deputados, vai à área acompanhado do deputado Gilson de Barros (PMDB-MT) para tentar convencer os índios de que deviam permitir a construção da usina. Resultado da visita: os dois deputados são agredidos e presos durante algumas horas.

Depois de três meses de negociações extremamente tensas, envolvendo as duas comunidades, FUNAI, políticos, prefeitura de Juara, construtora, CEMAT, secretários de estados um acordo foi firmado onde os índios aceitavam a construção da usina em troca da ampliação das reservas e mais 12 itens que envolviam: manutenção das características do Salto; indenização dos proprietários fixados na área de ampliação; passagem da estrada de acesso à usina por dentro da área indígena, doação de

quinientos milhões de cruzeiros pelas comunidades não-indígenas dos municípios beneficiados pela usina às comunidades A piaká e Kayabi; indenização pela CEMAT às comunidades indígenas; assistência médica e educacional aos índios em Juara; uti lização da mão de obra indígena na construção da usina; insta lação de um posto de vigilância da FUNAI na área da usina; ces são de topógrafo, pela prefeitura de Juara, para levantamento preliminar das áreas de ampliação; construção de poços arte siais nas duas aldeias; demarcação das áreas de ampliação e manutenção da Comissão Interministerial até a concretização final dos termos do acordo.

Um mês depois de assinado este acordo, o governo federal, corta de 17 para 5 milhões de dólares os recursos destinados para a construção da usina. Desta data até hoje não mais reto mou-se a construção.

De acordo com informações de engenheiros da CEMAT, em Cuia bá, a UHE Salto Caiabis ainda faz parte dos planos do setor energético de Mato Grosso; entretanto, não se sabe quando e nem se de fato a usina será construída. Existe a possibilidade de puxar energia de Cuiabá para Sinop e daí para Porto dos Gauchos, Juara, Novo Horizonte, municípios que seriam os prin cipais beneficiários da usina de Salto Caiabis. Mas há opi niões técnicas que dizem não ser esta alternativa possível. Em Juara todos estão confiantes na construção da usina porque, em função da quantidade de óleo combustível consumido atualmente na geração de energia elétrica, há racionamento constante de energia na área urbana. Além disso, chegam informações através de funcionários da construtora Andrade Gutierrez, de que a obra deverá ser realizada em breve.

A usina foi projetada para ser usina a fio d'água, com produção de 30 mwts, utilizando-se o equipamento da usina do Salto de Avanhandava, no Rio Tietê (SP), que foi desativada para dar lugar a um grande lago. Este equipamento já se encon tra em Cuiabá desde a desativação de Avanhandava, há alguns

anos. Entretanto, os estudos para aproveitamento do Salto Caiabis não passaram da fase de estudos básicos o que não atende à legislação em vigor no Brasil, que exige a elaboração de Relatórios de Impacto Ambiental para usinas com produção superior a 10 mwts.

Acontece que o episódio de 1985 já era consequência de um processo iniciado em 1983 quando a construtora Andrade Gutierrez abriu a estrada de acesso ao Salto, retirou enorme quantidade de madeira da área e construiu o canteiro de obras. O Decreto governamental nº 85.998/81 concedia à CEMAT o direito de utilizar o Salto por 30 anos; e foi este decreto que serviu de base para as ações da construtora que foi contratada como empreiteira pela CEMAT. Outro fator que serviu de base às ações foi a demarcação de 1975 que deixou de fora da Área Indígena o Salto, Tanto a CEMAT quanto a prefeitura de Juara, alegaram o tempo todo que não estavam invadindo área indígena porque o Salto não pertencia aos índios que já tinham sua área demarcada.

Entretanto, o exame do processo da Área Indígena Apiaká / Kayabi atesta que desde 1978 inúmeras gestões estavam sendo feitas, pela Missão Anchieta e pelos índios, junto à FUNAI, para que esta providenciasse a ampliação dos limites da área. A FUNAI passou a dar atenção ao caso Apiaká/Cayabi já em 1977, não tendo tomado nenhuma providência, entretanto.

Quando os problemas começam a intensificar-se, a partir de 1982 é que a FUNAI envia pessoal à área para tomar conhecimento das dimensões daqueles. E assim, em 1983 a antropóloga Sonia Demarquet redige um minucioso relatório, comprovando através de fontes primárias, a posse imemorial das Terras Kayabi, incluindo o Salto e propondo a designação Área Indígena. Mas este já é o momento do conflito, isto é, da devastação da porção sul da área Kayabi.

Os termos do acordo firmado pelos índios não foram cumpridos em sua totalidade. A CEMAT indenizou as duas comunidades

com a quantia de Cz\$ 247.000, que já foram gastos pelos índios. A doação de Cz\$ 500.000 pelas comunidades não-indígenas dificilmente será realizada. Quanto a este item a exigência dos índios era 300 cabeças de gado, arame para o pasto, pastagem, caminhão e trator. Tudo isto foi transformado em Cz\$.... 500.000. Apenas em julho de 1987 é que a FUNAI acertou a assistência médica em Juara. Os índios continuam a cobrar os itens do acordo, enviando cartas à CEMAT. Outros aspectos importantes não foram incluídos no acordo, tais como, o Tratamento do esgoto da vila de operadores. Aliás, a rigor não haveria necessidade de construir uma vila de operadores junto à usina. Os operadores poderiam morar em Juara e ser transportados de ônibus sem muita dificuldade, o que pode vir a ser mais econômico, talvez.

De qualquer forma, a construção da usina, se vier a realizar-se, trará novos problemas aos Apiaká e Kayabi, mesmo estando suas terras ampliadas.

IX - Presença da FUNAI

A FUNAI começa sua atuação na Área Indígena Apiakã/Kaya-bi em 1985, por ocasião dos conflitos gerados pela construção da usina hidrelétrica no Salto. Diversos funcionários e assessores da FUNAI deslocam-se para área, com o propósito de intervir e solucionar o conflito. Em um de seus relatórios, o antropólogo Idevar Sardinha aponta para dificuldades na atuação da FUNAI em função do descrédito dos índios em relação ao organismo tutor.

Mas os índios acabam por aceitar uma atuação mais regular da FUNAI e esta inclui a área no orçamento do POLONOROESTE. A área entra de fato em tal orçamento apenas em 1986. Em princípios de 1985 os índios encaminham à FUNAI uma lista de necessidades que não pode ser atendida porque a programação já havia sido feita. Em 1986 são destinados Cz\$ 470.000 pra a área distribuídos da seguinte maneira: agricultura Cz\$ 210.000; pecuária Cz\$ 5.000; extrativismo Cz\$ 8.000; educação Cz\$ 86.000; saúde Cz\$ 7.000; infra-estrutura de apoio Cz\$ 154.000. Na verdade a verba foi remanejada para providenciar o conserto do Toyota, que os índios haviam adquirido, e que estragou-se de forma lamentável em função de mau uso e das péssimas condições da estrada de acesso à aldeia Tatuê. A reforma do Toyota estava custando Cz\$ 210.000, em julho de 1987 e ainda não estava concluída.

Mas a presença da FUNAI concretizou-se através da construção de uma casa de hóspedes na aldeia Tatuí, na instalação de rádio nas duas aldeias, na aquisição de pequenas coisas (martelo, prego, material escolar, merenda escolar, arame, etc.) e na presença mais regular de um funcionário que, apesar de ser motorista, será o responsável pela área porque tem boas relações com os índios e com a Missão. A proposta dos índios e da Missão é que este funcionário instale-se na cidade de Juara, o que foi aceito pela FUNAI.

Um fato que pude constatar é que a presença da FUNAI, se por um lado é necessária em função dos conflitos, por outro abala, de alguma maneira, o trabalho da Missão. Parece haver certa competição entre FUNAI e Missão, colocando esta última em posição vulnerável em relação à primeira. O Pe. João já está velho e até agora não encontrou um sucessor; há um padre preparando-se para assumir a área Apiaká; neste sentido as freiras, ao que parece, sentem-se de certa forma desprotegidas e como se a presença da FUNAI fosse uma intromissão em seu trabalho. Foi seguindo este raciocínio que entendi a recusa da freira, responsável pela área de saúde, em fornecer-me informações. Esta situação não será problemática se as minhas impressões não forem verdadeiras.

Pareceu-me que os índios tem manipulado as duas presenças como forma de obter mais vantagens materiais, mas por outro lado, também como forma de manterem-se autônomos em relação à ambas interferências em sua vida.

Esta área está sob a jurisdição da Administração Regional de Tangará da Serra, pertencente à 2a. SUER (Cuiabá) e que presta serviços de assistência às seguintes áreas: Apiaká/Kayabi, Trantxe, Mynky, Tirecatunga, Utiariti, Paresi, Formoso. Além destas atende, sem decreto, Juína, Estivadinho, Figueira, Estação Paresi, Uirapuru.

Bibliografia

GRUNBERG, Georg, "*Contribuição para a Etnografia dos Kayabi do Brasil Central*". Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia da Universidade de Viena em 1969. Traduzida por Eugênio G. Wenzel, João E. Dornstauder e Tekla Hastmann (xerografada).

DORNSTAUDER, Pe. João E., Relatórios - Missão Anchieta (diversas datas e xerografados).

Arquivos do CEDI.

Processo nº 414/78 - Área Indígena Apiakã/Kayabi-FUNAI (de onde foram retiradas muitas informações atuais e históricas, principalmente através dos Relatórios de Sônia Demarquet, Idevar Sardinha e outros anônimos).

